



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290**

### SENTENÇA

Processo Físico nº: **0024173-25.2012.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Servidão Administrativa**  
 Requerente: **Copel Geração e Transmissao Sa**  
 Requerido: **Diniz Amilcar Matias Fernandes e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de Ação de Constituição de Servidão, Cumulada com Pedido de Liminar para Imissão na Posse proposta por **COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S/A** contra **DINIZ AMÍLCAR MATIAS FERNANDES** e **HELENA REGINA FRASNELLI FERNANDES**, visando à constituição de servidão de passagem para implantação de linha de transmissão energética no imóvel de matrícula nº 19.123, registrado perante o Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Carlos. A inicial veio acompanhada dos documentos de fls. 11/30.

Foi deferida a liminar para imissão na posse pela autora, condicionada ao depósito do valor da oferta em conta judicial (fls. 31).

Comprovantes de recolhimento do valor da oferta e custas judiciais (fls. 33/36).

O mandado de imissão na posse foi integralmente cumprido às fls. 56/61.

Contestação às fls. 63/72. A defesa veio acompanhada dos documentos de fls. 73/79.

O julgamento foi convertido em diligência para a oitiva do Ministério Público, considerando que a intervenção se daria em áreas de Reserva Legal.

Manifestação do órgão ministerial através da cota de fls. 81 verso.

Pelo despacho de fls. 90, a autora foi intimada a trazer aos autos cópia das licenças ambientais obtidas, tendo sido nomeado perito a fim de se apurar o justo valor da indenização. Contudo, não houve a realização de perícia, considerando que as partes se compuseram amigavelmente.

Documentos às fls. 94/108.

No acordo celebrado pelas partes (fls. 118/130), estipulou-se que a requerente pagaria a título de indenização, pela servidão de passagem, a importância de R\$ 139.000,00 (cento e trinta e nove mil reais), sendo que desse valor, a importância de R\$ 3.000,00 (três mil reais)



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290**

destinar-se-ia ao pagamento de indenização pela relocação da área de Reserva legal, na propriedade dos requeridos, afetada com a servidão.

O Ministério Público não se opôs ao acordo (fls. 131 verso).

### **É O RELATÓRIO.**

### **PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.**

Julgo o pedido na forma do art. 330, I do CPC, uma vez que a prova documental é suficiente para a solução da lide, não havendo necessidade de dilação probatória.

Trata-se de ação de instituição de servidão de passagem que tramitou sem vícios processuais e houve a aceitação, por ambas as partes, do valor indenizatório e demais condições constantes do acordo, firmado através de Escritura Pública de Instituição de Servidão de Passagem, inscrita no Livro 1150 – páginas 035/039 junto ao 1º Tabelião de Notas e Protesto de Letras e Títulos desta Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo (fls. 128/130), que deve, portanto, ser acolhido.

### **DISPOSITIVO**

Ante o exposto, homologo, por sentença, para que produza seus efeitos jurídicos e legais o acordo a que chegaram as partes conforme petição de fls. 118/122 e escritura de fls. 128/130.

Em consequência, com fundamento no artigo 269, inciso III do Código de Processo Civil, julgo extinto o processo, com resolução do mérito.

Oportunamente, cumpridas todas as exigências legais do artigo 34 do Decreto-Lei 3.365/41, será expedida em favor dos expropriados guia de levantamento.

Recolhidas as custas, conforme acordado, expeça-se em favor da expropriante carta de adjudicação da servidão constituída.

Cada parte arcará com os honorários de seu respectivo patrono, também nos termos em que estipulado pelas partes (fls. 122).

### **P.R.I.**

São Carlos, 19 de fevereiro de 2015.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**